

## NAÇÃO E IDENTIDADE: REFLEXÕES SOBRE OS MITOS NACIONALISTAS NA MANUTENÇÃO DO PODER.

PUPO, Guilherme Falcon<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a vitalidade dos discursos que formam a “nação” e delineiam um nacionalismo, assim como os funcionamentos que tais discursos exercem e efeitos na produção de “verdades nacionais” concêntricas, homogêneas e delimitadas, mesmo quando tais discursos misturam e absorvem as idéias sobre regionalismo e a diversidade cultural. Nele é discutida a “nação” quanto a um discurso histórico pontual, sobre o qual podem ser supostas sua forma, sua variedade assim como seus efeitos na manutenção de verdades úteis a seus principais revitalizados.

**Palavras-chave:** Nacionalismo e Nação. Discurso. Poder e Verdade. História do Brasil. Cultura. Cultura Nacional.

### INTRODUÇÃO

A “nação”, o chão em que se nasce, os costumes cultivados, a língua de um povo, assim como propriamente “ser povo” parecem, à primeira vista, elementos indissolúveis. Sua relação simula-se clara e direta, indissociável como se embebidas numa “verdade nacional”. Porém, o que cotidiana e historicamente articula-se como “verdade e fato” num olhar cuidadoso se dissolve em práticas pontuais perceptíveis no dia-a-dia, práticas discursivas, efetivas, nas falas e escritos que falam da “nação”. No presente artigo, parte da dissertação de mestrado: Arlequim Folião: o folclore no nacionalismo modernista, pretende-se refletir sobre as formas e interações dessa das idéias e discursos que compõem a idéia “nação” assim como os efeitos que produz e articula na fundação de “realidade”, práticas, idéias e mesmo sentimentos, um sentimento nacional.

Os percursos aqui pretendidos para refletir sobre a “nação” e a *nacionalidade*, não vão abarcar uma discussão por demais ampla sobre as opiniões e controvérsias em torno desses conceitos e suas histórias. A reflexão que aqui se tece tem por objetivo instrumentalizar tais conceitos para esta análise. Optou-se, então, em um primeiro momento encadear uma reflexão sobre a idéia de “nação” com relação aos enunciados e significativos que inclui, absorva e ou sustenta: “povo”, “território”, “cultura” e, por fim, um “poder” que tenciona dar coesão, manutenção e propagação a tais idéias. Buscando objetivar ainda mais a instrumentalização da idéia de “nação” e “nacionalidade”, para o fim ao qual se voltou este estudo, optou-se, num

---

<sup>1</sup> Mestre em história pela UNESP/Franca.

segundo momento, nortear uma reflexão mais próxima dos modos e processos pelos quais tais idéias se sustentam e se solidificam “realidades” compondo seu *status* de “verdade”. Esta reflexão dimensiona-se ainda em enfocar a “nacionalidade” nas reflexões brasileiras, não só nos falas oficiais ou eruditas, mas nos ditos do cotidiano.

É importante refletir, inicialmente, que a “nação” funciona e suas eficácias perpassam múltiplas instâncias da realidade social, pública e privada, individuais e coletivas e, é seu funcionamento como “realidade”, seu efeito de “verdade”, que se fazem evidenciados não só na língua oficial de um país, no seu código penal, numa constituição federal, mas nos barulhentos festejos de gol na final da copa e, mesmo, emocionalmente, no choro das derrotas.

Quando se enfoca “nação”, assim como outras idéias relacionadas, observa-se uma seqüência de inversões e fechamentos inerentes a esse tipo de idéia.

A constante inversão que acompanha a idéia de “nação” refere-se ao funcionamento específico deste tipo de discurso em que a “nação” “idéia” simula-se equivalente a entes positivos, concretos, empíricos, um óbvio indubitável. A inversão da idéia como verdade empírica tem relação não só com um fim propagandístico, que envolve a idéia de “nação”, mas com a própria categoria de discurso ideológico a que ela remete. Walter Bagehot, ao comentar o que é *nação*, dá exemplo do efeito desta inversão, que consiste no materializar a “nação - idéia” como se fossem os entes empíricos aos quais busca relacionar. Em suas palavras: “Sabemos o que é quando não somos perguntados, mas não podemos rapidamente defini-la ou explica-la”.<sup>2</sup>

O fechamento a que se faz referência, concomitante com a inversão, pode ser observado quando se reflete a idéia “nação” com outros conceitos que estão inseridos ou relacionados em um maior ou menor envolvimento com esta idéia. São eles as idéias de povo (a gente, ou, *corpos* viventes em determinada terra), território (o lugar em que essa “gente” vive e desenvolve de forma peculiar a sua produção de existência material e simbólica), cultura nacional (o modo peculiar pelo qual a comunidade e seus indivíduos vivem partilham e transmitem sua relação como o meio e a comunidade), a tradição nacional (a continuidade deste modo de vida e de um certo *status quo*) e uma História nacional (que remete à continuidade de uma suposta ligação objetiva entre estas idéias). Tais idéias aparecem relacionadas de um modo ou de outro nas interpretações clássicas de nação. Constantes neste tipo de reflexão, cada um destes elementos possibilita o fechamento da idéia. Isto se dá uma vez que, neste tipo de discurso, cada um destes

---

<sup>2</sup> BAGHEHOT, Walter. *Physics and Politics* (Londres, 1887), pp.20-21

elementos aparece relacionado de um modo que remete a outro e aos demais, como uma consequência ou sua premissa. Por exemplo, poderia se entender que: só há *povo* porque há território, só há território porque há uma história de composição deste, só há história porque há uma cultura como modo e suporte para narrá-la, compreendê-la e justificá-la, assim como só há cultura porque há povo, território e história para produzi-la no devir.

Desta relação de conteúdos, logo à primeira vista, surgem três efeitos importantes ao se tentar compreender o funcionamento dos discursos que buscam argumentar *nação*. O primeiro é a circularidade deste tipo de discurso, uma vez que cada um de seus elementos remete ao outro. O segundo, a mescla de elementos objetivos e subjetivos na composição. Este remete ao terceiro efeito que é a simulação de objetividade que o discurso sobre “nação” implica ao relacionar território e povo.

Tais processos visam constituir efeitos discursivos de “verdade” e efeitos de “poder” que podem ter os seguintes modos de ser observados: o primeiro, a naturalização<sup>3</sup> da “nação”, quando o que é “idéia” se passa como determinado e imanente à natureza, como lei natural ou lei divina, ocultando seu caráter de criação, invenção, produto de um processo e uma fundação histórica. A naturalização remete ainda em anacronismo que implica na des-historicidade e eternização da “nação” como algo que “sempre existiu”, nunca fundado. Um plano evolutivo, divino ou positivo para a comunidade humana ou como algo potencial que evolui em consequência do devir de estados de sociabilidade anteriores.

O segundo efeito discursivo dá-se no fato de que as “nações naturais, verdadeiras” estabelecem-se enquanto elemento normalizador, como fundadoras de formas, modos, normas, tipos característicos (o trabalhador, o pai de família, o marginal), definições para suas gentes, assim como locais e funções. Definir, localizar e normatizar são efeitos que a “nação” implica aos conteúdos dos quais se compõe e aos quais se mescla. Mais do que falar terra, das gentes e seu devir cotidiano, a idéia de “nação” os inventa, terra brasileira, brasileiros, cultura brasileira, jeitinho brasileiro.

O efeito do mecanismo que produz “nação verdade” é estabelecedor de normas objetivas e subjetivas pelas quais seus indivíduos não só se relacionam com ela, mas se compreendem “brasileiros” e se relacionam entre si. A separação, mesmo tênue, entre normas objetivas e subjetivas só pode ser compreendida para fins de análise, logo que muitas vezes se confundem e

---

<sup>3</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1978

se mesclam. Esta mescla é um dos funcionamentos que sustenta sua eficácia, remetendo e vinculando ordenamentos históricos a estruturas transcendentais e subjetivas. Num exemplo para esta análise pode se pensar como normas objetivas: as leis, as obrigações cidadãs dos membros de uma “nação”, seus deveres e direitos, as normas cívicas lembradas nas escolas, nos feriados. As normas subjetivas são aquelas que regem o próprio imaginário de representações que o nacional articula, o modo pelo qual o indivíduo se “sente” e se identifica brasileiro, o modo pelo qual regionalidades se absorvem no nacional.

A “nação” pensada nestes termos é elemento instrumentalizador, não só neste estudo, mas também na possibilidade de pensa-la mesmo para aqueles que a idealizaram, ao que “nação”, substantivo abstrato, só se possibilita compor a partir de um conjunto de características, qualidades, atribuídas e “observadas” noutros entes; características “nacionais” supostamente observadas nas coisas das quais este tipo de discurso fala. O caso é que ao falar de “nação” se está falando de um complexo de coisas às quais se atribui de algum modo características nacionais. Cultura nacional, espírito nacional, família nacional, produto nacional, etc. O substantivo abstrato “nação” só se compõe decomposto em adjetivo “nacional”. É desse modo, tentando agregar o que puder ser considerado nacional ou elegendo traços e características que permitam conotar algo por nacional, que ao se falar da “nação” substantivo feminino, fala-se na verdade sobre “nacionalidade”. Segundo o dicionário:

s.f.: **1.** Qualidade de ser nacional. **2.** Conjunto de caracteres distintivos de uma nação. **3.** O país de nascimento. **4.** Estado ou condição daquele que é cidadão de um país.<sup>4</sup>

Pensando-se a nacionalidade como sendo algo a ser percebido nas coisas e nas relações e a “nação” que, segundo Ianni, é “real e imaginária”, noutro termo subjetivo, perceber e discursar sobre nação, mais do que uma nação empírica de observar o real, refere-se a um modo pelo qual se observa, percebe-se, compõe-se e se discursa sobre a “realidade” que se antecede esta ação. Segundo Hobsbawm:

Em uma palavra, para o propósito da análise, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e o nacionalismo, mas sim o aposto.<sup>5</sup>

O comentário de Eric Hobsbawm permite iniciar outra reflexão referente ao caráter nacional, ao nacionalismo, ou mesmo aos ordenamentos sociais, burocráticos, dos quais emergem

---

<sup>4</sup> LAROUSSE. Dicionário de Língua Portuguesa. São Paulo: Universo/Moderna.1992

<sup>5</sup> HOBBSAWN, Eric J. “Nação” e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1990. p.19

o Estado, propaganda nacional, cultura política, enfim, discurso nacionalizante. Primeiro, não são enunciados flutuantes, são histórica, social e localmente enraizados na sociedade, nos meios e no tempo em que são criados. Isso quer dizer que como produto, referem-se e se remetem às emergências e demandas de sua produção e de seu *locus*. Segundo, como consequência, tais discursos têm um local social de fundação e difusão. Esse local é relativo às elites que lhe dão sentido, divulgam e propagam por meio dele uma “verdade” normatizadora. Hobsbawn comenta que:

As nações podem ser analisadas de cima ou de baixo: pelo alto nos discursos de suas elites autorizadas, e por baixo na visão que o povo tem da nação.<sup>6</sup>

Pensando-se ainda nessa proposição de Hobsbawn, não se pode pensar a relação “nação” da elite “nação” do povo de forma neutralizada, como se as duas existissem e se produzissem num mesmo momento ou num processo em que a chamada circularidade cultural<sup>7</sup> nega a fundação de uma “nação” a partir da elite, das oligarquias, das classes dominantes, como forma de manutenção de uma determinada situação social de mando, de um status quo a ser zelado, assim como, a manutenção dos seus mecanismos naturalizados e normatizadores da (num jogo de palavras) “domi - nação” e poder. Proceder deste modo, reconhecer uma “nação” do povo, como não sendo posterior a sua fundação por uma elite dominante, consiste em dar vida a uma “nação” natural não fundada, imanente daquele tipo de relação que vincula gente, solo e tempo com povo, território, histórias nacionais.

Mesmo quando se pensa as tentativas de definição da “nacionalidade”, através de conceitos simples como a etnia ou a língua, não se pode deixar de perceber a sua relação com uma visão propagandística, positivista e empirística partida das elites dominantes, letradas e ilustradas, dos valores e conceitos desta elite. Quando à questão da língua, Hobsbawn diz que:

A maioria dos estudiosos, hoje, concordaria que línguas padronizadas nacionais, faladas ou escritas, não podem emergir nessa forma antes da imprensa e da alfabetização em massa e, portanto, da escolarização em massa.<sup>8</sup>

Pensada destes modos à “nação” remete-se, então, três aspectos:

---

<sup>6</sup> id. Ibid. p.20

<sup>7</sup> GINSBOURG, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo: Cia das Letras.1994

<sup>8</sup> HOBBSAWN. Op. Cit. 19

- Primeiro: seu vínculo com hegemonias sociais. Este vínculo se estende a diversas dimensões que o termo “nação” possa tomar – idéia, propaganda e reflexão. Quando à idéia e reflexão seus conteúdos estabelecem pontos de vista a partir dos quais as elites observam ou, ainda, o próprio local autorizado para desenvolver e discursar tal reflexão, o que se remete às formas burocráticas e institucionalizadas de poder pensar, poder falar. A “nação” realizada, idealizada e debatida em locais autorizadas torna-se de todos, através de meios de coerção e difusão de informação, o que pode ser aqui instrumentalizado simplesmente como cultura de massa<sup>9</sup>, propaganda nacional, “conscientizadora” dos DEVERES e direitos de seus submissos.

- Segundo: como já foi comentado, a “nação” comporta-se como elemento que suprime as pluralidades e regionalidades, normalizando, naturalizando e fundionalizando corpos, coisas e relações como “verdades” e “realidades”, a partir dos pontos de vista do poder.

- Terceiro: como algo moderno vinculado às emergências históricas e sociais do capitalismo, primeiro competitivo, em expulsão, no fortalecimento das monarquias, das necessidades de comércio e produção; depois no monopolismo. Fundamental é perceber que a “nação” como invenção é algo recente, ligada a emergência históricas e sociais bastante específicas. Nas palavras de Hobsbawbn:

Como na maioria dos estudiosos rigorosos, não considera a “nação” como uma entidade social originário ou imutável. A “nação” pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente<sup>10</sup>.

Como algo recente, referente aos modos de produção e dominação modernos, a “nação” estabelece uma relação não de constituição junto aos povos que tenta abarcar, mas de determinação e absorção deles junto a uma cultura unificadora, desregionalizadora, desindividualizadora, unificadora, massificante, nacional. Exemplos claros deste efeito de poder podem ser refletidos a partir de acontecimentos como: a denominada revolta da vacina<sup>11</sup>. Ou a situação das populações perante a proclamação da República, discutida pelo historiador José

---

<sup>9</sup> Remete-se ao estrato cultural produzido de uma cultura para uso de outra em modos de dominação cultural. Dentro desta reflexão respeita-se a circularidade cultural. Porém não se pode perder de vista que a tendência das forças de manutenção do poder parte de que domina e é este lugar que vai ordenar e reordenar os caracteres culturais circulados. Como referência: CHAUI, Marlene. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense. 1986

<sup>10</sup> Cf. SEVCENKO, Op. Cit

<sup>11</sup> CARVALHO, José Murilo. Os bestializados da República: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia das Letras, 1987. A obra trata das populações espantadas perante a proclamação da República, imaginando se tratar de algum desfile. Demonstrando como os eventos da história nacional e a própria “Nação” passam por muitas vezes ao largo da realidade que simulam abarcar e representar.

Murilo de Carvalho no apropriado título: *Bestializados da República*<sup>12</sup>. Ou, também, um exemplo mais atual, a expedição Roncador – Xingu, nas décadas de 40 a 60, da qual participaram os Villas Boas, a qual tinha a intenção de levar o Brasil por sobre qualquer outra fronteira regional ou cultural, cabocla ou indígena, dentro do território limitado pelas fronteiras internacionais<sup>13</sup>. Conforme Hobsbawn:

A maioria dos estudiosos concordaria que, qualquer que seja a natureza dos primeiros grupos sociais capturados pela “consciência nacional”, as massas populares – trabalhadores empregados, camponeses – são as últimas a serem por ela afetadas.

No Brasil a reflexão sobre a “nacionalidade” é retomada constantemente. Em vários momentos de seu devir, parcelas da sociedade brasileira são levadas a pensar e refletir sobre seus conteúdos e características. Segundo Octávio Ianni:

A “nação” é levada a pensar-se por seus intelectuais, artistas, líderes, grupos, classes, movimentos sociais, partidos políticos, correntes de opinião pública. As forças sociais predominantes em cada época são levadas a pensar os desafios com os quais se defrontam, os objetivos que pretende alcançar, os aliados e opositores com os quais negociar, os interesses próprios e alheios que precisam interpretar<sup>14</sup>.

Refletindo-se sobre a atualidade, pode-se parecer pôr em xeque a relação anteriormente disposta entre elite e nacionalidade, logo que, segundo Ianni, a “nação” “é levada a pensar-se pro seus [...] grupos, classes, correntes de opinião pública”. Quando se discute as origens destes debates e preocupações sobre “nação”, nacional, povo, remete-se sem dúvida às elites. Então, como se explicaria a presença destes setores “populares” na reflexão nacional? Uma especificidade tropical relativa ao caráter cordial do brasileiro que de algum modo subvertera a relação poder/verdade ou elite/ “nação”? Tão pouco [...] A resposta coloca-se em dois aspectos. Na própria resposta de Ianni, quando explica a quem compete pensar tal conteúdo: “forças públicas predominante em cada época”. Por mais pulverizado que o poder se simule nos regimes democráticos e liberais, tais grupos ou classes, e correntes de opinião, não deixam de estar de algum modo autorizadas ou legitimadas por um poder maior a proferir tal debate, mesmo que sob determinados termos, normas, metas e linguagens. Dentro deste aspecto podem ser pensadas, pro

<sup>12</sup> Cf. VILLAS BOAS, Orlando. *A marcha para oeste; a epopéia da expedição Roncador.-Xingu*. São Paulo: Globo, 1994.

<sup>13</sup> Op. Cit. HOBSBAWN. p. 21

<sup>14</sup> IANNI, Octávio. Op. Cit. p.7

exemplo, Ongs, as esquerdas com lugar garantido dentro de regra preestabelecida de poder ou mesmo as multidões envolvidas na “Copa do Mundo” pelas correntes da “seleção canarinho”, “Pra frente Brasil”, etc.

Esses últimos exemplos remetem também ao segundo aspecto, no qual, sendo o discurso da nacionalidade uma “verdade” que se intenta criar, naturalizar e normalizar, a repetição, mesmo que parcial, dos discursos, enunciados e conteúdos que propaga, a continuidade das representações que envolvem, a afetividade dos mecanismos coercitivos que sustentam, efetivam-se e reinventam-se no assujeitamento que proporciona ao seu público alvo que, “crendo-se” “nação” passa a constituí-la. É como se a nação, idéia das elites ou das forças dominantes em cada época, falasse da “nação povo”. Exemplo bastante simples: o político em campanha que se reconhece povo, o presidente que se reconhece igual ao resto da nação.

Outro aspecto anexo a este ou mesmo um de seus potencializadores, dá-se no fato de a “nacionalidade” ser uma constante reinvenção, uma amálgama de elementos velhos e novos revitalizados, aspectos das culturas dominantes e das dominadas, condizentes tanto com a forma deste tipo de discurso quanto com seus mecanismos de manutenção e gestão das “verdades”, Ianni comenta que:

Acontece que a “nação” é real e imaginária. Localiza-se na história do pensamento. Está no Imaginário de uns e outros: políticos e escritores, trabalhadores do campo e da cidade, brancos, negros, índios e imigrantes, cientistas sociais, filósofos e artistas. E seria muito outra, se reciasse de quando em quando, na interpretação, fantasia, imaginação<sup>15</sup>.

O processo de reflexão “nacional” relativo às realidades brasileiras encerra na idéia “nação” alguns elementos que podem ser pensados como determinadores de singularidades neste tipo de reflexão, assim como sua potencialização como preocupação das elites brasileiras em definir o que é o Brasil nação.

Retornando à reflexão sobre as definições que tentavam atribuir alguma objetividade e empiricidade ao conceito nação, usadas institucionalmente ainda hoje<sup>16</sup>, aquelas que tentavam pautá-la pela etnia ou pela lingüística, o conceito esbarra numa emergência positiva e histórica no caso brasileiro: a pluralidade de etnias existentes. Primeiramente, logo nos primórdios das

---

<sup>15</sup> Id. Ibid. p.8

<sup>16</sup> Como exemplo deste uso pode-se se citar a definição de Nação contida no dicionário Larousse Cultural (1. ed., 1992), compreende no vocabulário Nação: s.f. (do latim natio) I comunidade humana, fixada em sua maioria num mesmo território, cujos membros são ligados por laços históricos, étnicos, lingüísticos e culturais.



colonizações lusas, indígenas, escravas africanas e suas descendências misóginas, mulatas, cafuzas, mamelucas. Posteriormente, as constates leva imigratórias, italianas, espanholas, japonesas. Outro aspecto, a extensão territorial contentora de uma pluralidade de regionalismos diversos, quanto ao modo de vida e à linguagem e etnia. E ainda as correntes migratórias que geram novas misturas de gentes e modos de viver, culturas.

Todos estes aspectos, somados à busca de situar a colônia tropical perante suas metrópoles históricas (sucessivamente, Portugal, Inglaterra, Estados Unidos, mercado internacional representado pela ONU, UNESCO e FMI) e a intenção das elites governamentais de coesão, unificação burocrática, fazem com que a busca de se compreender a nacionalidade se intensifique emergindo como recorrência e preocupação histórica em diversos momentos da sociedade nacional. Segundo Octávio Ianni:

A questão nacional é um tema constante no pensamento brasileiro. Diz respeito a como se cria E recria a “nação”, em cada época, conjuntura e ocasião<sup>17</sup>.

A preocupação em definir Brasil, povo e território, é presente desde seu achamento luso. Porém, nestes primeiros momentos, as preocupações deste tipo se colocam mais na proporção de inventariar as novidades para o investimento extravista do colonizador, para a curiosidade das cortes. Recorrer a tal princípio para se pensar a construção da “nacionalidade” pode parecer muitas vezes um exagero de recorte temporal. Contudo, alguns aspectos referentes à consciência e a forma do “vir a conhecer” vão ser recorrências, ou melhor; que isto, vão implicar em continuidade de certos pontos de vista, modos de pensar e constituir o Brasil junto às forças sociais que o pensaram. Marilena Chauí em seus estudos sobre cultura e sociedade brasileira fala constantemente em sociedade autoritária<sup>18</sup>.

Outro aspecto vem necessariamente à baila quando se reflete sobre a constituição ou a história do que pode ser descrito como pensamento do Brasil. A impressão que se tem em muitos dos discursos de uma certa elite em relação ao “país” remete a um distanciamento do observado com aquilo que descreve. Fazendo um parêntese, mais uma vez folclore e discurso nacional pontos de ressonância – aqui a relação de distanciamento entre emissor do discurso e seu referente. Mais do que somente um distanciamento observador/ objeto, este forma de distinção

---

<sup>17</sup> IANNI. Op Cit. P.8

<sup>18</sup> Cf. CHAUI, Marilena. Cultura e democracia. Ou conformismo e resistência. Ou ainda seu trabalho mais atual: Brasil; mito fundador e sociedade autoritária.

qualitativa. Quem fala está de algum modo autorizado a submeter em seu discurso o outro, sob seus pontos de vista e intenções. De um observador das culturas iletradas coloridas e “lúdicas”, a um pensador que ao inventar povo lhe atribui uma “missão” histórica ou até um profissional, da política de palanque, que tem o povo como alvo. Comentar aqui a carta de Caminha não traz nenhuma novidade neste aspecto, pro exemplo, quando diz aos “investidores internacionais” e à Coroa que:

E em tal maneira é gracioso, que querendo a aproveitar dar-se-á nela tudo para bem das águas que tem. Porém o melhor fruto que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que vossa alteza em ela deve lançar<sup>19</sup>.

Observando-se o lugar de competência do narrador, ao ser narrado um “outro” a busca de se compreender este “outro não é o aspecto mais forte da distinção, apesar de ser mesmo assim recorrente. Esta distinção coloca-se muitas vezes obliterada quando se emprega uma discursividade que fale do “nós”. Porém permanece compreensível noutros dois aspectos os quais, presentes na carta de Caminha de modo declarado, recorrem posteriormente nos olhos da elite que fala de seu povo, do pesquisador positivista e empirista cujo objeto são as gentes brasileiras ou até nas lideranças que saindo de seu local esclarecido vêm iluminar as massas incultas, os milhares de “brasileiros e brasileiras”, “minha gente”, transfiguradas em “pai dos pobres”, ou mesmo trazendo-lhe a “luz” de seu “papel histórico”.

Pensar que tais discursos são somente uma variação do mesmo é no mínimo incorrer em anacronismo. O que se tenta neste trecho é, a partir do que está “dito” nos discursos sobre o Brasil, estabelecer um tênue fio condutor que nos permita reconhecer certas recorrências discursivas. Essa relação, entre uma elite que se distancia e se distingue constantemente do objeto de sua fala, daquilo que define como povo, nação, para localizar-se diferentemente, sustenta-se não só nas emergências discursivas do local competente e autorizado de onde o discurso é proferido, mas de intenções políticas, econômicas de manutenção de mandos e relações de poder historicamente estabelecidas e especificidades da sociedade nacional.

As conseqüências que se intenta elencar a esse efeito do poder e efeito discursivo reflete a presença de duas recorrências nos “ditos” de Brasil. Um, uma certa visão exótica sobre o povo a

---

<sup>19</sup> CAMINHA, Pero Vaz de. Carta a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil. In: AGUIAR, Flávio (org.). Com palmas medida. Terra, trabalho e conflito na leitura brasileira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Boitempo, 1999. p.23.

terra e sua cultura. O bom Peri, Jeca Tatu, Tiradentes, “o feliz negro forro”, mesmo o antropófago de Oswald, ou ainda o mau tapuia e o bom tupi, do manifesto Verde-amarelo.

Outro, a visão que se relaciona as formas de se aproveitar lucrativamente as características do povo, mão de obra cordial, pacífica, trabalhadora, é a imagem do índio, muitas vezes ensinada nas escolas, de um lado preguiçoso demais para as ambições dos colonizadores que buscavam enriquecer nas terras de além mar, de outro, muito puros de alma e caráter para trabalhar nos orifícios das missões jesuítas. O negro escravo, posteriormente forro devido ao fato de o custo de manutenção de sua mão de obra se tornar excessivamente cara à manutenção das safras dos cafeicultores e demais agricultores. O imigrante, o migrante [...] Todos amalgamados em um ser nacional, os tipos brasileiros, ajudados por Deus quando madrugam, que poupando têm e que ficam, a cada dia de trabalho, mais nobres.

Tal povo humilde e feliz, brava gente, soma-se neste ponto de vista do lucro na terra onde plantando tudo dá, compõe a visão do paraíso. Paraíso de terras férteis, paraíso de belezas naturais ou “berço esplendido”, e, na versão mais moderna, “paraíso fiscal”.

O emprego e o recurso a todas essas figuras discursivas, ditados e imagens, não têm aqui a intenção de inflamar um discurso ideologizado sobre a situação nacional. Eles estão empregados para ilustrar o teor da representação de Brasil, terra e povo, que numa continuidade consegue alinhar a propaganda das belezas naturais, inclusas nela, às gentes brasileiras e o lugar rentável, de povo trabalhador, mão de obra mui barata. Não há nenhum espanto em se perceber que a ressonância entre estes enunciados e representações remete-se novamente a um lugar autorizado, de onde certas composições são propagandas, passadas à frente para e por se público alvo, reinventadas e continuadas. Caio Prado Júnior sintetiza a relação entre as visões que buscam compor, unificar e normalizar a “nação” cultural, social, política e ideológica e seus competentes proferidores. Em suas palavras:

Se virmos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamantes; depois, algodão e, em seguida, café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo [...] que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura bem como as atividades do país<sup>20</sup>.

Constituições de discursos de “nacionalidade” estão tremendamente engendradas nas intenções político-econômicas para com o “novo mundo”. Neutralizar essa reflexão, remetendo-a

---

<sup>20</sup> Cf. PRADO Jr., Caio. A formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 5. ed. 1957. p.25-26

à pluralidade e diversidade cultural, consiste indubitavelmente em se incorporar parte desse discurso; ao invés de compreender sua difusão, é refletir a aceitação e incorporação desses discursos de constituição do “Brasil verdade”, propagado na composição de uma história nacional, na composição de nossa identidade, nos meios de mídia, nos eventos congregadores como a copa do mundo, a bebida nacional, o culto ao samba, pagode e outros ritmos regionais nacionalizados.

Marilena Chauí reflete sobre um caráter dos mais fundamentais a essa composição e transposição do discurso, não mais somente pelas elites fundadoras, mas pela grande população a qual ele é endereçado. Dois aspectos a se observar nas reflexões de Chauí são: a sociedade autoritária e o que pode ser pensado como um de seus ordenadores, a cultura senhorial. Marilena comenta o seguinte:

Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, ou aquilo que alguns estudiosos designam como “Cultura Senhorial”, a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos seus aspectos: nela as relações sociais intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior que manda, e um inferior que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência<sup>21</sup>.

O outro aspecto que se refere a essa aceitação de um poder senhorial, em que o governante não é representante do povo, mas representante do poder em si, do poder sobre o povo<sup>22</sup>, é refletida por Michel Foucault ao explicar que as relações de poder e manutenção de “verdades” não se efetivam somente como repressão direta. Em suas palavras:

O que se faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só Como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso<sup>23</sup>.

Um poder que não representa, mas manda, um “povo cordial” que obedece. Herança da cultura senhorial feudal, influência do ideário e da moral cristã, o “povo de Deus”. Produção e ou reprodução desta moral de “ditos” popularizados do tipo “quem espera sempre alcança” ou

---

<sup>21</sup> CHAUI, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo. Fundação Perseu Abramo. 2001. p. 89

<sup>22</sup> Cabe lembrar a campanha de conscientização do voto, empreitada pelo governo na figura burocrática do TSE através de propagandas de TV e rádio em que um “teatrinho” sobre uma família nacional informava sobre a lei eleitoral. O próprio formato da campanha, seu caráter ultradidático já dava uma boa visão da opinião do governo nacional sobre seu povo.

<sup>23</sup> FOUCAULT, Michel. Op. Cit. 1979. p. 8

“quem tem padrinho não morre pagão”. O mais interessante é observar que, mesmo nas suas aceitações e versões mais populares, a reflexão nacional até os dias atuais remete a modelos que justificam o mando de hegemonias ou elites econômicas e consequentemente culturais, a exploração do trabalho, concorrendo à conformação, naturalização e normalização desta dinâmica. Isto que, por outro lado, corresponde ao apagamento e descomprometimento de seus beneficiários e gestores, é, por outro, a conformação daqueles que são obrigados a sustentar esta situação. Ironicamente, de um lado os pais da “nação”, nobres famílias dos donatários e coronéis até hoje de algum modo no poder; do outro os pés da “nação”, os típicos brasileiros, des-historicizados e despersonalizados, tipos totais e comuns, desindividualizados.

As relações que unem elite e discurso nacional podem ser pensadas em duas formas: A primeira permite observar não como um discurso único e unificado, mas como pluralidade que, como discurso nacional participa da produção de “verdade”, uma “verdade nacional”. A “nacionalização” sob este enfoque compõe-se não só de discursos contínuos e conexos, mas também de enunciados, conteúdos, representações e sub-discursos que têm como resultado de seu funcionamento efeitos anteriormente discutidos: primeiro a normalização e naturalização da “nação” como verdade, empírica, positiva e natural. Assim como o conseqüente surgimento de normas de ação entre indivíduos e sociedade em relação a esta “verdade”. Por exemplo, o amor à pátria, a observação de direitos e deveres de cidadania, etc.

Segundo, o apagamento das relações entre dominantes inerentes à naturalização da “realidade nacional” e através da pulverização do poder em burocracia e democracia.

Terceiro o assujeitamento ou a identificação dos indivíduos e da coletividade na pluralidade discursiva nacionalizante que absorvidos, passam a falar desta “verdade” como representantes e participantes dela, obedientes e continuadores de sua forma, de seus sentidos.

Outra forma pela qual pode ser entendida a relação entre elite e discurso nacional é a que o observa não só como mecanismo da manutenção de poder e “verdade”, mas a que, observando historicamente, percebe que os momentos em que a sociedade brasileira, ou melhor, os setores autorizados a falar por ela, mais se voltaram à reflexão sobre o “nacional” e a “nação” foram os momentos de crise, ruptura ou transformação no tecido social.

É possível supor que, apesar de se tratar do mesmo assunto – as “características e composição da nação” -, cada um dos momentos comportou um tipo de reflexão diferente e até

bastante específico. Marilena Chauí ao analisar o mito fundador<sup>24</sup> organiza de forma bastante clara categorias de composição e momentos da reflexão sobre o “nacional”.

A reflexão sobre o Brasil, acompanhado as rupturas e transformações ocorrentes na sociedade e no reordenamento das relações de poder e mando não se dão somente no campo da influencia sobre as reflexões acerca da identidade da “nação brasileira”. De um modo bem mais determinante, fomenta-as, dimensiona e situa. Isso ocorre na medida que tais reflexões partem dos setores sociais envolvidos nos confrontos e reordenamentos do poder e das forças que comandam, interpretam, criam ou mesmo criticam a sociedade brasileira. Seus autores são portadores de um “olhar” que busca compreender e compor a “nação e a sociedade brasileira”.

### **“BRASIS” HISTÓRIAS DE BRASIS:**

A observação desses momentos de reflexão poder ser tomada a partir, mesmo de um esboço da chamada “história nacional”, aquela iniciada co o épico grito: Terra á vista!<sup>25</sup>

Da história “oficial” de gritos e silêncios, heróis e apagamentos, pode-se destacar alguns dos momentos nos quais setores autorizados da sociedade vieram refletir sobre sua “identidade” e sua “realidade”.

“Independência ou morte!” Desse modo o Brasil abre as primeiras décadas do século XIX. Mesmo demarcando a permanência do comando e de modelos lusos nas instituições, na política e na sociedade, a monarquia , não consegue evitar que a sociedade escravista, colonial comece a se mostrar ineficiente nas emergências de manutenção e coesão do poder e dos interesses das suas elites. O confronto de interesses regionais monárquicos e interesses externos, relacionados ao domínio inglês faz emergir intenções de reforma social e cultural, a essas idéias é dado no período, o nome de “progresso”. Figuras como Mauá, Tavares Bastos e Álvares Branco, representam este ideal de Brasil a ser “modernizado”, desenvolvido sob moldes de uma sociedade que ordenava a economia capitalista no período, o modelo “progresso” era da sociedade inglesa.

A situação de confronto e ineficiência das instituições coloniais, monárquicas, segundo Ianni tornam-se latentes com a guerra do Paraguai, em suas palavras:

---

<sup>24</sup> Não é intenção se ater aqui às depurações sobre as idéias de Chauí, referentes à composição do Mito ou a sua explicação sobre a “nacionalidade” através da idéia de Mito fundador. Uma vez que na análise aqui desenvolvida opto por discutir tal debate através da reflexão sobre o discurso e seus efeitos e dos mecanismos de composição de “verdades”. Sobre Mito fundador conferir os trabalhos de Marilena Chauí intitulado Brasil> mito fundador e sociedade autotitularia.

<sup>25</sup> Cf. ORLANDI, Eni Puchinelli. Op. Cit. 1990.

---

A guerra do Paraguai foi mais um choque de amplas proporções para o conjunto do país, revelando na prática o anacronismo de tudo que se sintetizava no escravismo e na Monarquia. Todos os principais setores da vida nacional se revelaram inadequados para a ocasião [...] Foi esse momento que em que o regime monárquico e o regime de trabalho escravo revelaram abertamente a sua inadequação<sup>26</sup>.

As idéias de “progresso” difundem-se na sociedade brasileira junto a ideais republicanos circulantes desde o período da “independência” e pouco vão ampliando sua divulgação entre os grupos dominantes. Buscando compreender o século XIX, a reflexão sobre a “Nação Brasileira” incorpora cada vez mais idéias liberais e positivistas. A idéia de progresso econômico é agregada à de evolução social, cultural e mesmo étnica, quando voltada a refletir a composição da “raça brasileira” ou mesmo buscar diagnosticar mazelas. Nessa direção os estudos e debates voltam seu foco na busca de compreender as culturas do povo, a cultura dos mestiços, do negro e do índio, seu contato, fusão e influência junto à “cultura brasileira”. Modelos surgem, na tentativa de explicar a relação entre raça, território, tradição e os problemas e possibilidades de “progresso” da sociedade brasileira. Neste período despontam nomes como Silvio Romeiro, João Ribeiro, Oliveira Viana.

A dificuldade de congregar as elites e forças nacionais, agricultores, militares vitoriosos da guerra do Paraguai, os profissionais liberais emergentes na vida urbana, são alguns dos motivos que levam sistemas monárquico à crise. As mudanças impetradas entre 1888 e 1889 vêm trazer aos debates sobre a nacionalidade um conjunto de fatores novos. A mistura de forças, civis e militares, agrícolas e industriais, poder colonial restante da monarquia, fundidos em novas forças agregadas à República fez com que a sociedade e o governo republicanos ao mesmo tempo sustentassem a ideologia liberal, tornassem a “nação” e seus componentes, patrimônio assegurador de uma soberania almejada. Ianni avalia que:

A repressão posta em prática em Canudos, na Revolta da Vacina, no Contestado e em outros movimentos sociais revelaram algumas das possibilidades mais extremas de uma república simultaneamente liberal e patrimonial<sup>27</sup>.

O crescimento da vida urbana, experimentado no início do Século XX marca também o fortalecimento de grupos sociais, ligados ao serviço público e às profissões liberais. Estes grupos passam a ocupar e se pronunciar no cenário intelectual das metrópoles. São médicos, advogados,

---

<sup>26</sup> IANNI. Op. Cit. P. 15

<sup>27</sup> IANNI. Op. Cit. P. 22

juristas e jornalistas, que passam a refletir e pensar também a “identidade brasileira”, a partir de modelos estrangeiros e dos pensadores brasileiros do final do século XIX.

Relativo a essas mudanças, nessa fase, os debates sobre a nacionalidade incorporam sucessivos deslocamentos. O primeiro deles se refere à ampliação do local e do grupo social portador e proferidor desta reflexão. Primeiramente, ligados às oligarquias do regime monárquico, na República, com o crescimento urbano e o surgimento de novos grupos sociais, as classes ascendentes nas metrópoles passam a fazer parte também desses debates.

Outro deslocamento inerente a “reflexão nacional” dá-se junto aos temas que passa a envolver. Num primeiro momento, as questões “nacionais” que estão mais ligadas à raça, à terra, ao trabalho e às características dos trabalhadores, fosse mão de obra escrava ou assalariada, pouco a pouco vão se envolvendo no campo das artes, da música nacional, da literatura, tomando mais formas de uma reflexão sobre o “espírito brasileiro”. São objetos dessa reflexão também, os aspectos culturais das populações negras e de imigrantes, que fugindo do trabalho nas lavouras contribuem para o crescimento populacional das cidades.

À medida que as reflexões sobre a “nação” vão se deslocando, envolvendo novos lugares, novas temáticas, ao tom do crescimento da vida urbana, seu lugar vai de certo modo, ampliando-se e laicizando-se. Isso permite pensar que, com o crescimento das principais cidades Rio e São Paulo, somam-se dois efeitos que a efervescência da vida urbana vem favorecer. O aumento dos meios circulantes de informação, jornais, editoras, teatros, salas de leitura, cafés. E o surgimento e crescimento de classes sociais urbanas que financiam e acessam tais meios de informação.

Difundindo-se as elites urbanas, a reflexão nacional vai envolvendo em suas falas cada vez menos aspectos formais de teorias positivistas que relacionam “nação”, evolução, raça, miscigenação, para envolver temáticas estéticas, modais e morais do cotidiano. Desse modo começa-se a pensar cada vez mais nas características estéticas da nacionalidade e na identidade da arte nacional.

É no período do final do Século XIX e início do XX, também, que a sociedade brasileira, isto é, suas elites, experimentam aos moldes europeus, mais especificamente franceses, um período de grande otimismo social e valorização artística e cultural, o que pode ser compreendido devido ao caráter congregador que as metrópoles em crescimento proporcionam a estas elites.



È na cidade em que são construídos os teatros, as salas dos cinematógrafos, os bulevares, os cafés e salas de cultura. Tal período denominado Belle Époque durou quase três décadas. Mônica Velloso na sua obra: “Que cara tem o Brasil?”, comenta que:

Esse período de influência francesa, que durou mais de trinta anos (1885 – 1918), ficou conhecido pelo nome de Belle Époque. Paris, conhecida como a Cidade Luz, era referência, com seus cafés-concerto, sua art nouveau, seus ateliês de alta costura e suas operetas<sup>28</sup>.

O período que compreende a Belle Époque é pontuado de uma porção de eventos e transformações sociais e políticas, desenvolvimento industrial, crescimento populacional nas metrópoles e uma porção de conflitos diplomáticos na Europa que vão culminar na primeira grande guerra. Como já foi comentado, o Brasil experimenta também crescimento também crescimento urbano e industrial, ainda que em ritmo mais lento que o europeu. As movimentações no país somam os reordenamentos do poder republicano, o surgimento de elites urbanas, dos profissionais liberais e pequenos empresários, o fortalecimento de elites militares, sendo nesse período ainda que se forma um operariado nas cidades quem junto com os imigrantes, faz entrar no cenário público, idéias de comunismo, socialismo, social-democracia, fascismo. Ianni caracteriza o período do seguinte modo:

Em fins do século XIX começo do XX a Amazônia transforma-se no milagre da borracha. Simultaneamente, a economia cafeeira expande-se em diversas áreas do centro- oeste. E a economia açucareira espalha-se por outras regiões, além do nordeste; expande-se em São Paulo. Sucedem-se e confundem-se “ciclos” econômicos, acompanhados de mudanças sociais, urbanização, surtos de industrialização, desenvolvimento de classes sociais, desafios e propostas políticas, criações culturais<sup>29</sup>.

Os reordenamentos dos mandos, das novas e velhas elites, a transformação na agricultura e a inserção da indústria, o deslocamento do poder para a região centro sul (São Paulo, Rio e Minas) fazem circular no país, mais do que as idéias anteriores de progresso, relativas a evolução e civilização, idéias de modernização e modernidade. Sobre este período Octávio Ianni faz o seguinte comentário:

A despeito das diversidades de perspectivas e propostas, pensam o Brasil Moderno, o capitalismo associado à industrialização, o planejamento governamental, a reforma do sistema de ensino, a reforma agrária, a institucionalização de garantias democráticas, a

<sup>28</sup> VELLOSO, Mônica. Que cara tem o Brasil? As maneiras de pensar e sentir de nosso país. Rio de Janeiro. Ediouro, 2000. p.22

<sup>29</sup> IANNI. Op. Cit. P. 35

superação da preguiça pelo trabalho e da luxúria pelo ascetismo, a mudança das instituições e atitudes, a reversão das expectativas, a revolução política, a revolução social.

Todas estas transformações vão dar os tons do modo modernista de se pensar o nacional. A “nação” precisa ser pensada institucional, política, cultural e socialmente. O conjunto de transformações, muitas vezes confrontativo e violento vai, pouco a pouco, minando as visões de paz e civilização da Belle Époque urbana. No cenário mundial o advento da primeira guerra vai marcar o “golpe de misericórdia” no otimismo deste período.

Os movimentos modernistas da década de 20 vão ser expoentes e congregadores de muito das características da reflexão sobre o nacional. A reflexão da nacionalidade volta-se para dentro, para os caracteres autóctones, povo, cultura e regionalistas. Torna-se necessidade viajar pelo Brasil, conhecer suas gentes, propagar sua cultura nas artes e nas pesquisas. Mônica Velloso comenta que:

Durante a década de 1920, em Belo Horizonte, Cataguazes, Salvador, Teresina, Porto Alegre e Belém, pipocavam manifestos, jornais e revistas. Apesar de defenderem idéias diferentes, essas publicações expressavam uma grande inquietação social – o que era muito positivo. Todos se debruçavam sobre uma mesma questão: o caráter nacional. Quem somos nós? Que lugar ocupamos no mundo? Qual a nossa contribuição na história da civilização<sup>30</sup>.

Ao refletir sobre os movimentos modernistas da década de vinte, pode-se ter a impressão de se tratar de uma reflexão da nacionalidade de menor relevância devido ao seu direcionamento mais estético e artístico. Contrariando esta idéia, o Modernismo Brasileiro encerra um conjunto de fatores que lhe dão importância no desenvolvimento das reflexões da nacionalidade, das quais podem ser destacadas: o fato destes debates ocorrerem mais nos meios das elites sociais urbanas, do que nos meios mais institucionais ou governamentais, o que acarretou uma maior diversidade e pluralidade. Isso pode ser pensado, uma vez que estão envolvidos um grande conjunto de grupos e vertentes enredadas no mesmo modernismo.

Outro fator a ser destacado dá-se pelo fato de apesar de não serem verdadeiro “marco zero” da reflexão nacional, as idéias levantadas na década de 20 tornaram-se fomento de um conjunto de vertentes e idéias acerca da nacionalidade a serem retomadas ou continuadas nos períodos seguintes.

Nesse sentido foi um marco histórico, daqueles que fazem sentir vivamente que houve um “antes” diferente de um “depois”. Em grande parte porque gerou um movimento de unificação cultural, projetando na escola da “nação” fatos que antes ocorriam no âmbito das regiões. A este aspecto integrador é preciso juntar outro, igualmente importante: o surgimento de condições para realizar, difundir e “normalizar” uma série de aspirações,

---

<sup>30</sup> VELLOSO. Op. Cit. P. 34

---

inovações, pressentimentos gerados no decênio de 20, que tinha sido uma sementeira de grandes mudanças<sup>31</sup>.

As décadas que se seguem, junto ao desenvolvimento urbano, industrial, dos meios de comunicação, são marcadas pelos esforços de se concretizar o Brasil “nação”. Abarcar as regionalidades e estendê-las ao Estado, burocrática, institucional e, politicamente, assegurar as relações de poder são algumas das intenções das elites nacionais desse período. A reflexão nacional toma um lugar mais restritivo onde pode ser pensada e efetivada. Daí para frente, o nacional está para ser pensado, ainda nas elites intelectuais, porém sua efetivação está vinculada a oficialidade governamental. A revolução constitucionalista (1932), os projetos nacionais de Vargas, são marcas desta organização e oficialização da reflexão nacional. Os discursos da nacionalidade não tratam mais da “descoberta” da identidade nacional, mas de sua organização e guarda. É como se pouco a pouco o Brasil já estivesse sido conhecido, bastando somente amarrar e organizar a “nação”.

A questão nacional vai tomando cada vez mais a forma da soberania nacional, do patrimônio nacional, da segurança nacional. A “nação” constituída, institucionalizada, nessas idéias, está para ser defendida e guardada. Segundo Octávio Ianni a construção de Brasília marca a coroação desta idéia de “nação”. Os confrontos e guerras ocorrentes no mundo fazem surgir, junto á idéia de “nação” seu par, o inimigo da “nação”. Nesse tom, o folclore entra em cena sendo salvo nas campanhas de defesa do folclore brasileiro.

Segundo Hobsbawn<sup>32</sup> a reflexão sobre as formas de pensar a nacionalidade pode ser organizada ou compreendida em três etapas, que se iniciam do surgimento do termo “nação” no vocabulário político por volta de 1830. As etapas são as seguintes: do princípio de nacionalidade (1830 a 1880), da identidade nacional (1880 a 1918), e da questão nacional (1918 a 1950 – 10). Na primeira etapa as reflexões sobre a “nação” buscam solidifica-la relacionando-a a elementos que apreçam empíricos e positivos. É nesta etapa que o conceito de “nação” se relaciona ao território, história e povo, este último mesmo quando tomado em relação à etnia, nesta etapa é observado como um sentido positivo, quase físico da nacionalidade. Por exemplo, no Brasil, é neste período que surge o Instituto Histórico Geográfico e o estudo étnico de cunho positivista e darwinista.

---

<sup>31</sup> CANDIDO, Antônio. A educação pela noite e outros ensaios. São Paulo: Ática, 1978. p. 181-182

<sup>32</sup> HOBSEBAWN. Op. Cit.

A segunda etapa articula à composição da “nação” aspectos culturais, como a língua, a religião e a etnia, porém esta última diferente da etapa anterior em que é tomada de forma quase física, é abrangida no aspecto da diversidade cultural. Essa etapa no Brasil tem como um de seus expoentes a busca de referenciais para a arte nacional, pontuada, pro exemplo, na semana da Arte Moderna de 1922.

A terceira etapa busca atribuir à “nação” e à nacionalidade um conjunto de relações, direitos e obrigações entre seus indivíduos e a sociedade nacional. Tal compromisso ou lealdade política do indivíduo com a “nação”, é patente na solidificação dos aparatos burocráticos nacionais e na propaganda patriótica. São exemplos a organização de censos populacionais, a cultura política varguista e mesmo a Campanha nacional de defesa do folclore. Marilena Chauí ao analisar o mito fundador comenta estas fases do seguinte modo:

Nessa periodização, a primeira etapa vincula “nação” e território, a segunda a articula à língua, à religião e à raça, e a terceira enfatiza a consciência nacional, definida pro um conjunto de lealdades políticas. Na primeira etapa, o discurso da nacionalidade provém da economia política liberal; na segunda, dos intelectuais pequeno-burgueses [...] e na terceira, emana principalmente dos partidos políticos e do Estado<sup>33</sup>.

Sempre se reinventando, os setores da sociedade inventam e re-aproveitam formas de se pensar a nacionalidade. Pode-se ter impressão de que, quanto mais atual, o conjunto de falas aumenta, multiplica-se e se descentraliza. Numa análise que poderia ser o início de um tema para uma nova pesquisa, coloca-se aqui em relação à eficiência alcançada pelos discursos nacionais na atualidade. Tal eficácia pode ser refletida relacionando-se os seguintes aspectos; A) pluralidade e diversidade dos meios de difusão de informação e propagação da “verdade nacional” do Brasil que vai à copa, da caça à corrupção, da Hora do Brasil” à “semana do presidente”, do exercício de cidadania como Fiscal do Sarney e da SUNAB ou colaborador compulsório no plano de racionamento de energia elétrica. B) a propaganda da “sociedade democrática” e conseqüente simulação de pulverização do “poder”, donde vem a propaganda do direito ao voto (ainda que obrigado sob pena de multa) ou a da “liberdade de expressão” (mesmo que tenham sido restaurados o SNI Serviço Nacional de Informação e o retorno da lei de censura). C) a finalização da coesão nacional no que diz respeito à submissão dos indivíduos e grupos aos órgãos, procedimentos e regimes burocráticos e institucionais da sociedade brasileira; CIC, RG, título de

---

<sup>33</sup> CHAUI. Op. Cit. P. 23

eleitor, carteiras de vacina ou de trabalho, códigos legislativos aos quais todos estão submetidos, elementos estes que efetivam o, ordenamento, conhecimento e controle das gentes dentro do território determinado “nação”.

A “nação” como “verdade”, “eterna” e histórica, cheia lacunas, esquecimentos, de heróis, fatos e uma porção de gritos, é vivificada e reinventada diariamente. Domi-nação, determi-nação. Seu sentido denso de se afirmar e se fazer lembrar quando “verdade” mais que empírica, “espiritual”, olha-nos nas esfinges das notas de dinheiro, nos brasileiros das novelas, nas sentenças, nos decretos, no pagamento dos muitos impostos. Faz-se lembrar a nós, a partir também de nós, a partir também de nós mesmos, na obrigação cívica, nos avós que formam à guerra, na tristeza de derrota no futebol. O fato é que a “nação” não só impõe aos que abarca, como também os cria. Mais do que o demarcar um território, uma história nacional; seu efeito inventa, funda as gentes que submete, “Povo Brasileiro”.

## REFERÊNCIAS

BAGEHOT, W. **Physics and politics**. Londres: s. l. 1887.

CAMINHA, P. V. de. Carta a El-Rei D.Manuel sobre o achatamento do Brasil. In: AGUIAR, F. (org.). **Com palmas medida: terra, trabalho e conflito na leitura brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ Boitempo, 1999.

CANDIDO, A **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1978.

CARVALHO, J. M. **Os bestializados da república: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2001.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1978.

GINSBURG, C. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Cia das Letras. 1994.

HOBBSBAWN, E. J. **Nação e Nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LAROUSE. **Dicionário de língua Portuguesa**. São Paulo: Universo/Moderna, 1992.

PRADO JUNIOR, C. **A formação do Brasil contemporâneo**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.

VELLOSO, M. **Que cara tem o Brasil?** As maneiras se pensar e sentir de nosso país. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

VULLAS BOAS, O. **A marcha para oeste:** a epopéia da expedição Roncador-Xingú. São Paulo: Globo, 1994.